

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

RAFAELA ARRUDA SERVIDONE

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES:
OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA MORAL NAS
CRIANÇAS**

**SÃO PAULO
2023**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

RAFAELA ARRUDA SERVIDONE

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES:
OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA MORAL NAS
CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de **Pedagogo**, da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Orientadora: Prof.^a Maria Anita Viviani Martins

**SÃO PAULO
2023**

MEMORIAL

Todas as pessoas plantam sementes em nossas vidas. Prefiro acreditar que as ruins nem chegam a serem depositadas no solo do nosso coração e que morrem no meio do caminho. Já as boas, possuem facilidade para germinar. Porém, existe uma parcela do plantio que é responsabilidade nossa: escolher regá-la ou não. E eu decidi regar a minha semente.

Seria falta de reconhecimento, ou até mesmo egoísmo, começar escrevendo sobre a minha caminhada até aqui sem fazer uma retrospectiva da história da minha família. Até porque, retomando a analogia feita no parágrafo anterior, toda semente desenvolve raízes. E eu sei quais são as minhas.

Tudo começou com o meu tataravô Vittorino, que foi professor do ginásio por muitos anos. Meu bisavô, também professor, mas de fotografia. Com o passar dos anos, a escolha pela pedagogia foi se tornando cada vez mais frequente e intensa. Essa intensidade é marcada, principalmente, pela determinação e empenho da minha avó materna Myrian, uma grande apaixonada e pioneira na educação. A despeito de todos os fatores naturais (grávida da terceira filha, enfrentando alguns desafios pessoais e sem grandes panoramas financeiros) decide abrir uma escola, inicialmente chamada “Guilherme de Almeida”.

Localizada no bairro do Jardim Paulista (zona sul de São Paulo), contemplava desde o Fundamental I até o atual 9º ano (antiga 8ª série). Uma de suas marcas era a excelente relação que estabelecia com as famílias. Como consequência natural da consolidação desse precioso elo, a escola passou a ter muito reconhecimento e prestígio no bairro, principalmente pelas famílias de crianças pequenas, que deram início a uma mobilização em prol do surgimento de mais um segmento: o da Educação Infantil. Conforme o desejo dos pais, minha avó inaugurou a Educação Infantil e mal sabia ela que a maior paixão da vida dela começaria ali. Com o passar dos anos, a escola passou a se voltar quase que totalmente para esse novo segmento e o grande diferencial realmente era a Educação Infantil. Dado isso, uma mudança de unidade e de nome se fez necessária. Foi neste momento que surgiu a “Árvore da Vida”, uma continuação do trabalho iniciado na “Guilherme de Almeida”, porém para um outro público. Assim seguiu a escola até seu fim: focada neste segmento e desenvolvendo um trabalho impecável. Além de me inspirar na minha avó, eu sempre tive outro exemplo de educadora em casa: minha mãe Rita que, assim como eu, mergulhou nessa trajetória da educação ainda jovem, de forma intensa, verdadeira, com um amor genuíno pelo o que desejava. Ela sempre trabalhou na escola como professora, mas com o passar do tempo logo se tornou coordenadora.

Porém, no ano de 2014, após passar por tempos turbulentos, minha avó, junto com toda a família, decide encerrar as atividades da escola. Foi um momento muito delicado para todos nós, que crescemos na escola, mas acreditamos que para tudo existe um tempo determinado e, se desta maneira aconteceu, era desta maneira que deveria ter acontecido. E, apesar de tudo, minha avó entregou um trabalho impecável, até o fim.

Mas o encerramento das atividades da escola não foi o fim, muito pelo contrário. Minha vontade de fazer educação era tão imensa, que decidi transformar minha tristeza diante do ocorrido em forças para afirmar: eu escolho o caminho da pedagogia. No auge dos meus 12 anos, essa era uma das minhas maiores certezas, e que, desde cedo, já me motivava a ler livros sobre o desenvolvimento infantil, pesquisar atividades interessantes e sonhar com minha realização profissional e futura carreira. E assim aconteceu.

Em 2020, ingressei na faculdade. Eu ainda era uma menina, com 17 anos e recém formada no Ensino Médio, mas já cheia de sonhos, desejos, expectativas e muito feliz de estar caminhando em direção ao alvo que sempre sonhei. Porém, nem tudo acontece exatamente como planejamos e idealizamos. Com a chegada da pandemia, todos os planos, projetos e desejos sofreram adaptações. Vivi 2 anos de aulas remotas, o início de um estágio ainda na pandemia, uma mudança de emprego 10 meses depois e tantos outros desafios durante esse período. Apesar das dificuldades, foi um percurso importante para me fortalecer enquanto pessoa e para provar que essa era realmente a área pela qual sempre fui apaixonada, pois em momento nenhum tive vontade de parar ou desistir. Além disso, tive um grande sonho realizado: o de trabalhar na escola em que estudei no Ensino Médio. Deus me deu esse presente e voltei para a Escola Lourenço Castanho, não mais como aluna, e sim como professora. E foi na Lourenço Castanho que me apaixonei, por conta de diversas experiências vividas, pela mediação de conflito. A vontade de estudar sobre e mergulhar no tema surgiu quando eu ainda trabalhava com o primeiro ano - Ensino Fundamental Anos Iniciais. Apesar de simples e pontuais, entendia os conflitos como muito relevantes em termos de estudos e como oportunidades de trabalhar questões importantes de relacionamento entre eles. Conforme o tempo foi passando, ve-los, no final do ano, conseguindo resolver autonomamente eventuais empasses, com suas próprias ferramentas, fez meus olhos brilharem.

Até que meu mundo virou de ponta cabeça. no começo do mês de Abril, de 2023, fui realocada para o quarto ano, devido a alta demanda da turma em termos de conflitos. De início aquela mudança me trouxe desânimo, por gostar muito de trabalhar com o primeiro ano. Porém, decidi encarar aquilo como uma missão e rapidamente pude entender que havia um propósito muito maior naquela mudança. E esse propósito estava muito mais conectado com a minha área de interesse do que eu poderia imaginar. No 4º ano eu vivi experiências muito intensas e fortalecedoras, mediei muitos conflitos, coloquei em prática diversas estratégias e vivi um crescimento na área profissional. Portanto, sou muito grata pelo o que vivi.

Quatro anos depois, me encontro aqui: prestes a me formar, escrevendo meu trabalho de conclusão de curso, já efetivada e extremamente realizada profissionalmente. E concluo dizendo que sim, eu decidi seguir os passos da minha família. Não por pressão, não por conforto, não por ser a única opção, mas porque entendi que esse era o propósito de vida da minha família e eu também estava incluída nesse propósito. Por amor, por paixão, por vontade de transformar a educação e por

vontade de plantar sementes na vida das pessoas que, bem regadas e cuidadas, formarão raízes no futuro e florescerão, gerando vida, luz e transformação.

27 de Agosto de 2023

DEDICATÓRIA

Por terem gerado uma verdadeira revolução na minha vida, na minha forma de enxergar a educação e por terem, de fato, marcado a minha trajetória, dedico esta produção aos meus alunos do 4º ano, que me motivaram a mergulhar, com mais intensidade, neste tema tão profundo e relevante.

AGRADECIMENTOS

Ser educadora e envolver-me com a área da educação sempre foi um grande sonho, principalmente por enxergá-la como uma atuação com um propósito maior. Para que esse sonho se concretizasse, muitas pessoas percorreram, junto comigo, essa trajetória universitária.

Agradeço, primeiramente, a Deus. Caminhar com Jesus é ter a certeza diária de que não tomo decisões por mim mesma, e sim pautadas no que Ele tem reservado de melhor para a minha caminhada. Através da sua graça, pude experimentar momentos de paz em meio aos de angústia, de resiliência em meio aos de fraqueza e de ânimo em meio aos momentos de cansaço. Por isso, sou mais do que grata.

Agradeço à minha família, a começar pela minha avó Myrian, que com toda a sua força de vontade, garra e amor pela área, fundou a escola “Árvore da Vida”, em 1969, dando início à trajetória da família na educação. Aos meus pais, que, desde sempre, me proporcionaram uma educação de qualidade, prezando pela minha formação enquanto ser humano e profissional.

Agradeço também a minha orientadora Profa. Dra. Maria Anita Viviani Martins, que me ajudou, guiou meus passos e me deu todo o suporte necessário até o final.

Por fim, expresso minha gratidão num geral à todas as pessoas que, durante essa trajetória enquanto estudante, me impulsionaram, me deram suporte e embarcaram nessa jornada comigo.

EPÍGRAFE

Usamos nossa energia para fazer com que eles não tenham conflito, mas deveríamos agir de forma contrária: usar nossa energia para que eles aprendam por meio do conflito.

Telma Vinha

RESUMO

SERVIDONE, Rafaela Arruda. **Mediação de Conflitos Escolares: Oportunidade de desenvolvimento da moral nas crianças. 2023.** 34f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

O presente trabalho monográfico faz uso de metodologia bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo, e procurou analisar as contribuições de algumas estratégias de mediação de conflito, no meio escolar, para o desenvolvimento das noções de moral nas crianças e de forma mais específica, teve como objetivo apresentar o lado positivo e oportuno dos conflitos interpessoais. As conclusões indicaram que, apesar de não haver uma única abordagem ideal e possível para a administração de conflitos interpessoais, a mediação transformativa se mostrou a mais adequada em termos de cumprir com o objetivo central acerca do desenvolvimento da moral nas crianças.

PALAVRAS - CHAVE: Mediação, conflito, estratégia, oportunidade, moral, desenvolvimento.

ABSTRACT

SERVIDONE, Rafaela Arruda. **Importância da leitura em voz alta no desenvolvimento cognitivo da criança. 2023.** 34f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

This monographic work utilizes a bibliographic and documentary methodology that is exploratory and descriptive. It aimed to analyze the contributions of certain conflict mediation strategies in the school environment to the development of moral concepts in children. More specifically, its goal was to present interpersonal conflicts' positive and timely aspects. The conclusions indicated that, although there is no single ideal and universally applicable approach to managing interpersonal conflicts, transformative mediation proved to be the most suitable in terms of fulfilling the main objective related to children's moral development.

KEY-WORDS:

Mediation, conflict, strategy, opportunity, moral and development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. Os conflitos.....	15
1.1 O que são os conflitos?.....	15
1.2 Conflitos Interpessoais.....	17
1.3 A moral na perspectiva de Piaget: regras invioláveis ou compreensão da vida coletiva?.....	19
CAPÍTULO 2. Mediação de Conflito.....	24
2.1 Origem e Definição.....	24
2.2 Modelos de Mediação.....	25
2.3 Modelo Linear de Harvard.....	25
2.4 Modelo Circular Narrativo.....	28
2.5 Modelo Transformativo.....	30
CAPÍTULO 3. Os Transformando os conflitos em oportunidades de desenvolvimento da moral.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

O ato de relacionar-se nunca foi um ato isento de complexidades. Ao relacionar-se com o outro a existência de normas de convívio social fazem-se necessárias, para que haja harmonia nas dinâmicas interpessoais. Relacionamentos, de qualquer que seja a ordem, envolvem conceitos básicos como o respeito, diálogo, empatia, solidariedade, acolhimento e ética. Estar em dia com todos esses pressupostos parece uma tarefa simples, mas é necessário lembrar que relacionamentos envolvem seres humanos e que seres humanos estão sujeitos a desentendimentos e conflitos, a todo instante, independente de suas intenções, somente pelo simples fato de sermos diferentes em vários aspectos. E com as crianças, no ambiente escolar, não é diferente.

Ao dimensionarmos a escola, é inevitável pensar e refletir sobre o tipo de conflito mais recorrente nesse ambiente: os conflitos interpessoais. Sendo assim, nos cabe uma definição acerca destes:

“Os conflitos interpessoais podem ser compreendidos como interações sociais em desequilíbrio, percebidos por comportamentos externos de oposição ou por manifestações sutis de afetividade, tais como, expressões, tom de voz, gesto, quando eles não são tão evidentes”. - VINHA e col (s/d) (p.1).

Essas interações sociais em desequilíbrio são intensificadas pelo convívio social diário e por eventuais situações que tragam as diferenças entre as crianças como ponto inegociável entre elas, causando desentendimentos. Contudo, apesar do caráter natural dos conflitos, principalmente na infância - momento em que as crianças estão ainda aprendendo a estabelecer conexões e a construir maneiras de relacionar-se com o outro - é essencial pensar e refletir acerca dos encaminhamentos necessários para que essa criança alcance a resolução de seus desentendimentos, baseado no princípio de que necessitará de uma terceira pessoa para ser essa ponte, sendo ela um adulto ou até mesmo uma outra criança.

Em outras palavras, isso é o que chamamos de mediação de conflito. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), “A mediação é uma forma de solução de

conflitos na qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes, para que elas construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o conflito”. (BRASIL, 2023)

Ao analisarmos a mediação de conflitos sob a perspectiva escolar, que é o foco deste trabalho, essa definição se faz bastante pertinente ao trazer os termos “facilitar”, “construir” e “autonomia”, pois clareiam qual é o papel dessa terceira pessoa, ou mediador, como também podemos chamar. Um dos objetivos específicos desta dissertação é explicitar o papel desse sujeito, trazendo-o para o lugar de facilitador de caminhos, deixando claro quais as etapas que serão percorridas por ele para que a mediação seja feita, mas sempre permitindo que a criança seja o sujeito ativo de todo o processo de resolução de conflitos.

Além disso, é foco específico deste trabalho abordar a importância da formação dos educadores. Para realizar uma mediação de conflito eficaz, o professor não deve estar somente disposto e paciente, e sim preparado para lidar com os desdobramentos que aquela determinada situação pode ter. Para isso, é necessário preparo, estudos sobre as abordagens existentes atualmente e constante e aprofundamento no tema.

Porém, quando se fala em terceira pessoa, automaticamente podem haver equívocos ao deduzir que esta deve ser, necessária e indispensavelmente, alguém que interfere diretamente no processo, determinando como as partes devem agir, falar e pensar durante a mediação. Contemplando diferentes estratégias de mediação, explorando seus caracteres, implicações e caminhos, este presente trabalho também tem como objetivo específico apresentar e explorar estratégias de mediação que tenham crianças como sujeitos ativos nesse processo. Estudos como o de Johnson e Johnson (2000) destacam a capacidade das crianças de compreender as perspectivas e emoções dos outros, tornando-as efetivas na resolução de conflitos. Portanto, serão exploradas estratégias que coloquem a empatia das crianças como uma potencialidade dentro do contexto de mediação, ressaltando o protagonismo destas enquanto sujeitos ativos na administração dos próprios conflitos.

O principal disparador para o estudo dessa estratégia de mediação foi a minha vivência na escola em que trabalho, com crianças de 1º e 4º ano. A partir do momento em que me vi com duas turmas que possuíam muitas demandas relacionais e de dinâmicas interpessoais mal estruturadas, o que causava muitos conflitos, comecei a me interessar cada vez mais pela mediação de conflitos e desejar conhecer mais

sobre. Além disso, para o estudo dessa estratégia de mediação foi o projeto “Educação para a paz”, que surgiu na cidade do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2011, cujo propósito é desenvolver habilidades comunicacionais em crianças, jovens e adultos. A filosofia do projeto tem como premissa básica os conflitos como processos normais e naturais do ser humano e o conceito de que os alunos são capazes de resolver suas diferenças entre si, de forma autônoma. Neste projeto, os alunos passam por um treinamento em mediação, para atuarem como pacificadores em conflitos entre os colegas e serem, assim, mediadores capacitados a lidarem com diversas questões.

Tendo tudo isso em vista, outra necessidade fundamental nesse trabalho é pontuar **o que** os conflitos representam, tanto para nós educadores, quanto para as crianças. Perigos? Caos? Oportunidades? Com suportes teóricos de referenciais como Piaget, Telma Vinha e Yves de la Taille, essa questão será elucidada, junto com o destrinchar do papel das estratégias de mediação, no que diz respeito ao desenvolvimento das noções de moral das crianças.

Portanto, o objetivo final desse trabalho é explicitar que esses conflitos entre as crianças, quando bem encaminhados e trabalhados, podem ser grandes oportunidades para o crescimento delas, fazendo-as atingirem um outro nível de desenvolvimento moral, ético e cognitivo.

Cap 1: OS CONFLITOS

1.1 O que são os conflitos

Para a abertura do capítulo e para tecer as primeiras linhas de conceitualização, as contribuições de Berg (2010) parecem caber de forma adequada, ao trazerem que:

A palavra conflito vem do latim *conflictus*, originário do verbo *conflictare*, que significa choque entre duas coisas, pessoas, ou grupos opostos, que lutam entre si. É um embate entre duas forças contrárias, um estado antagônico de ideias, pessoas ou interesses. Em síntese, consiste na existência de opiniões e de situações divergentes ou incompatíveis entre si (BERG, 2010, p. 17).

Ainda nessa linha, como colocação complementar:

Entende-se por conflito uma situação de diferença de critério, de interesses ou de posição pessoal que ocorre em qualquer contexto de interação. Neste sentido, os conflitos em si mesmos não são fenômenos negativos; o que há a evitar é que eles progridam, porque mal resolvidos, no sentido da agressão e de outras manifestações de violência. (Vieira & Amado, 2010, p.1).

Felizmente, a sociedade é formada e composta por pessoas diversas no que diz respeito à cultura, valores, ideias, costumes, gostos, opiniões e posicionamentos. Cada ser humano é imbuído de características singulares e é isso que nos faz diferentes, no bom sentido. É natural do ser humano, ao inserir-se na esfera do

coletivo e na medida que se relaciona com o outro, apresentar e evidenciar suas particularidades e interesses que, ao irem de encontro com as particularidades, interesses e expectativas do outro, podem ou não gerar conflitos. É no contato mais próximo e nas vivências coletivas que as divergências começam a surgir e, dependendo da forma como são abordadas, podem ser geradoras de conflitos em potencial. Na visão de Marques:

Vivemos numa sociedade cada vez mais diversa, e perante tal, o conflito surge como algo inerente ao ato de viver/conviver. É algo que faz parte do quotidiano da nossa vida, e o facto de se tornar positivo ou negativo, depende de nós, ou seja, das nossas crenças e da nossa forma de encarar e gerir o conflito. (Marques, 2011, p. 17).

Aqui, Marques retoma e complementa um ponto apresentado na citação de Vieira e Amado: os conflitos, além de serem situações naturais e inevitáveis, serão configurados como positivos ou negativos dependendo da maneira como os administramos. Ou seja, investir tempo, criatividade e energia para evitá-los seria um esforço em vão, já que eles ocorrerão, de toda forma, independente das nossas ações prévias. Sendo assim, o que merece a nossa atenção é a maneira como serão abordados, conduzidos e tratados.

Tendo em vista que os conflitos surgem naturalmente e fazem parte do ato de conviver com o outro, com o diferente, não há ambiente mais propício para o surgimento de embates do que a escola. Encontramos a escola como um ambiente quase que possível de ser nomeado “laboratório”, no que diz respeito a análise rica e diária de situações de todo o tipo, muito particulares, com suas características específicas. Para que seja possível analisar e aprofundar os estudos sobre os conflitos e seus desdobramentos, é essencial que, antes de tudo, saibamos delimitar quais os tipos existentes e sobre qual exatamente desejamos pesquisar e ir a fundo.

Pensando na escola enquanto lugar de cultivo diário de relações e no seu importante papel de consolidá-las de maneira saudável, apontar o foco para os conflitos interpessoais parece fazer sentido, principalmente quando a reflexão se

apresenta num contexto pós pandêmico (ano de 2023), no qual as crianças ou não desenvolveram ferramentas suficientes para relacionar-se com o outro, ou tiveram essas ferramentas “congeladas” pela privação social (apesar do foco não estar no cenário pós pandemia). Diante desse panorama, os conflitos interpessoais e, conseqüentemente, seus subtipos, ganham destaque.

1.2 Conflitos interpessoais

Como ponto de partida, é importante atribuir significado para o conceito de conflitos interpessoais, assim como compreender suas possíveis origens. Assim como já colocado na introdução, de forma pontual,

Os conflitos interpessoais podem ser compreendidos como interações sociais em desequilíbrio, percebidos por comportamentos externos de oposição ou por manifestações sutis de afetividade, tais como, expressões, tom de voz, gesto, quando eles não são tão evidentes. - VINHA e col (s/d) (2015).

Essas interações em desequilíbrio podem ser resultantes de diversos tipos de conflitos interpessoais. Marion (2002, p.168) traz os mais comuns e recorrentes dentro do ambiente escolar. São eles:

- *conflitos verbais* (ofensas e provocações);
- *conflitos de aceitação* (gerados pela insistência da criança fazer algo que não gosta ou não se sente confortável);
- *conflitos devido ao direito à propriedade* (que envolvem desentendimentos em relação a empréstimos ou retiradas de materiais da mão do colega, contra a sua vontade);

- *rejeição* (que envolve ignorar ou não deixar com que uma criança faça parte da brincadeira);
- *agressão física* (violar o corpo do outro no sentido de empurrar, bater ou estapear).

Ao vivenciar essas situações de empasses entre as crianças, das mais simples às mais complexas, é inevitável, a qualquer educador, questionar as razões pelas quais surgem os conflitos. A tendência é sermos levados pelo pensamento de que há algo de errado, seja na dinâmica de grupo ou nas propostas pedagógicas nas quais as crianças foram envolvidas, ou até mesmo algo de errado com as crianças. Porém, a compreensão plena do caráter natural dos conflitos interpessoais, do que ele pode significar em termos de construção psicossocial e da sua participação no processo de desenvolvimento da moral nas crianças é o ponto chave do começo de toda a discussão. Vinha (2009) pontua que, normalmente, os professores nas escolas tendem a partir para duas formas de resolução dos conflitos: uma seria partir para uma “visão tradicional de educação” e a outra para uma “perspectiva construtivista”. Quando colocamos a educação construtivista e a educação tradicional a nível de comparação, uma das principais diferenças é o refinamento da visão em relação às situações. Enquanto o tradicionalismo encara os empasses entre as crianças em sala de aula como um problema, como algo negativo, que atrapalha a dinâmica do grupo e que deve, a todo custo, ser evitado ou contido de forma quase que instantânea, o construtivismo vai além e, numa outra vertente, encara os conflitos como naturais e como ótimas oportunidades de crescimento, desenvolvimento e amadurecimento cognitivo, social e psíquico.

Existem algumas abordagens que trabalham com métodos de resolução de conflitos a curto prazo. Ou o educador tenta prever o conflito e evitar que ele emerja ou o educador corta o conflito no mesmo minuto que ele aparece, com ações impulsivas e pontuais. Um exemplo de mecanismo de regulação, que “funciona” temporariamente, dentro do contexto de educação a curto prazo, são as regras e valores completamente desconectados de uma real necessidade em relação ao seu cumprimento, e sim vinculadas ao medo dos adultos e das possíveis punições, brigas ou proibições. Essas ações geram na criança uma obediência sem propósito, sem sentido, a criança obedece somente por obedecer. Porém, essa obediência vazia de

sentido passa a ser menos recorrente quando a criança percebe que não há propósito real e concreto naquilo e passa a não respeitar e compactuar com certos combinados, pois não há consistência naquilo.

Todavia, quando vislumbramos qual a concepção de conflitos incorporada na perspectiva construtivista, o leque de possibilidades se abre. Telma Vinha (2009) coloca que nesta:

Os conflitos são compreendidos como naturais em qualquer relação e, necessários ao desenvolvimento da criança e do jovem. São vistos como oportunidades para que os valores e as regras sejam trabalhados, oferecendo “pistas” sobre o que precisam aprender. Por conseguinte, suas intervenções não enfatizam a resolução do conflito em si, o produto (“Como resolver?”), mas sim o processo, ou seja, a forma como os problemas serão enfrentados (“O que eles poderão aprender com o ocorrido?”) Vinha (2009, p. 26)

Mudando um pouco o foco e caminhando para além da maneira como o educador aborda os conflitos, é essencial pensar o que ele quer com isso, qual o objetivo final daquela mediação? Toda administração de situações de impasses, seja na abordagem tradicional, seja na construtivista, visa não só o acordo entre ambas as partes, mas principalmente, o desenvolvimento de habilidades relacionais, esbarrando num tema em comum: a moral. Tendo isso em vista, é preciso analisar a moral e seu desenvolvimento e como este processo de mediação agrega ao contexto, com base em uma perspectiva teórica. Para isso, Jean Piaget (1994) se apresenta como um autor relevante dentro do contexto aqui colocado.

1.3 A moral na perspectiva de Piaget: regras invioláveis ou compreensão da vida coletiva?

Partindo das ideias de Durkheim, que adota esse modelo de educação, baseado na relação de obediência silenciosa por parte das crianças, sem questionamentos ou tentativas de entendimento, Jean Piaget avança a nível de compreensão, ou seja, para além do obedecer por obedecer. Piaget (1994), traz a moral como um sistema de regras que normatizam a vida em sociedade, totalmente atrelado ao processo de maturação cognitiva. A moral diz respeito a como devo ser e agir perante os outros, pautado na ética. Como complemento, Telma Vinha (1999) refere-se ao desenvolvimento da moral como o desenvolvimento de valores, crenças e de ideias dos sujeitos sobre a noção do certo, errado e dos juízos. Ou seja, o que me faz discernir se o meu agir está correto ou não são os valores em mim internalizados.

Entretanto, apesar da moral envolver regras e normas referentes à dinâmica da sociedade e das relações sociais, Piaget deixa claro quão intrínseca e essencial é a compreensão das regras em si, e de todo esse processo, por parte das crianças. Sendo assim, com base em seus estudos e a partir de sensíveis observações de crianças em jogos de regra, ele divide esse desenvolvimento moral em 3 estágios, nomeados como: **pré moralidade ou anomia** (de 0 a 4 anos); o segundo, **realismo moral ou heteronomia** (entre 5 a 7 anos) e o terceiro, **autonomia moral** (entre 8 a 12 anos).

A pré moralidade, como o próprio nome diz, ainda não diz respeito à moralidade em si, e sim sobre os processos que antecedem o início de seu desenvolvimento. Nesta fase, a criança age totalmente com base em suas ações motoras e desejos pessoais, explorando os objetos, identificando suas características, suas possibilidades e mais para frente, suas regularidades que, quando identificadas, marcam a transição para o segundo estágio, nomeado como heteronomia moral, na qual a criança começa a perceber que existem regras sociais que marcam essas regularidades, como por exemplo não atravessar a rua sozinha; não colocar a mão no fogo, ou até mesmo rituais obrigatórios referentes a rotina, como tomar banho, escovar os dentes, se alimentar, etc.

Portanto, a **heteronomia** é marcada por um processo de identificação das regras e sanções sociais existentes. Porém, na **heteronomia moral**, o que determina as ações da criança pequena é o enorme medo de perder o amor das pessoas e de ser punida, pois tem o adulto como autoridade máxima. Ela tem a sua moral governada pelos adultos. Essa característica da fase estabelece, com estes, uma relação de respeito

unilateral, ou seja, eu devo respeitar este adulto e isso basta. Eles são vistos como detentores do saber, os quais não podem ser questionados e nem contrariados. Nesse processo, a criança processa as regras e os combinados não exatamente porque os compreendeu, mas sim porque estes foram formulados por um adulto e, na ótica delas, são inflexíveis e impossíveis de serem questionados. Além disso, o egocentrismo é uma característica marcante dessa fase, que diz respeito a não superação, por parte da criança, da realização das suas vontades em prol do coletivo. Significa que ela está, ainda, centrada em si mesma, não possuindo reversibilidade de pensamento, que é o que chamamos de empatia: colocar-se no lugar do outro. Para que isso seja superado, é necessário que haja a intervenção de um adulto, que proporcione à criança ajuda no que diz respeito a um avanço em direção da autonomia para que chegue ao último estágio: **o da autonomia moral**.

Este último estágio pode ser identificado quando a criança passa a compreender a regra e não mais apenas aceitá-la. Essa compreensão traz consigo também o desejo de a entender. O que chamamos, na heteronomia moral, de respeito unilateral, transforma-se em respeito mútuo, no qual a criança entende o conceito de cooperação. Ela abandona aquela ideia mística de que a regra é algo imutável, transmitido pelos adultos e que deve ser cumprida a todo custo, e passa a compreender suas funções, seus motivos e até questioná-las. Com base nesses questionamentos, a criança também descobre que algumas regras podem, inclusive, ser modificadas, se essa mudança for aceita por todos os envolvidos e pautada em conversas respeitadas que visem a melhoria de uma dinâmica que envolve o coletivo como um todo.

Por fim, é interessante apresentar o que Piaget (1994) coloca como esclarecimento e reflexão desse processo:

Não há estágios globais que definam o conjunto da vida psicológica de um indivíduo, num dado momento de sua evolução: os estágios devem ser concebidos como as fases sucessivas de processos regulares, os quais se reproduzem como ritmos, nos planos superpostos do comportamento e da consciência. Um indivíduo estará, por

exemplo, no estágio da autonomia no que se refere à prática de determinado grupo de regras, permanecendo a consciência dessas regras ainda mais eivada de heteronomia, da mesma forma que prática de outras regras mais refinadas: portanto, não poderíamos falar de estágios globais caracterizados pela autonomia ou pela heteronomia, mas apenas fases de heteronomia e de autonomia, definindo um processo que se repete a propósito de cada novo conjunto de regras ou de cada novo plano de consciência ou de reflexão". (p. 75)

O que podemos analisar aqui é um esclarecimento de Piaget quanto a não rigidez da evolução dos estágios de desenvolvimento, pois a pessoa pode estar em estágios diferentes na ação e na internalização. O que é fato é a existência de 3 estágios de juízo moral e sua respectiva ordem de progressão, mas que também estão sujeitas a flexibilidade quanto ao intervalo etário, pois dependem das relações estabelecidas em cada ambiente em particular.

Como visto acima, com base nos estudos de Jean Piaget, os processos de desenvolvimento da moral nas crianças, além de considerarem avanços cognitivos esperados para determinada idade, também consideram e pontuam como essencial, no que diz respeito a condições necessárias para alcançar outros níveis de desenvolvimento moral, fatores sociais como a interação com o outro. Essa interação social, seja estabelecida por uma criança ou por um adulto, é um dos fatores mais importantes no contexto escolar. Pesquisas nacionais e internacionais (ARAÚJO, 1993; BAGAT, 1986; DEVRIES; ZAN, 1998; TOGNETTA, 2003; VINHA, 2000, 2003) revelam que as escolas, de forma inevitável, têm uma influência significativa na formação moral das crianças e jovens. O objetivo principal da escola deve ser formar cidadãos autônomos, críticos, criativos, humanos, responsáveis e que saibam conviver com o outro e, conseqüentemente, respeitá-lo.

Portanto, se a função da escola é essa, vale a reflexão de como isso tem sido trabalhado no dia a dia, no que diz respeito aos conflitos diários. Há espaço para as crianças pensarem de forma criativa e crítica ou os conflitos estão sendo contidos rapidamente, pelo uso abusivo da autoridade dos professores? Há espaço para a

autorresponsabilidade ou o professor dita tudo o que os alunos devem fazer? Há espaço para o respeito para com o outro ou o professor nem ouve o que o aluno tem a dizer? Esses são questionamentos importantes para encaminhar uma reflexão acerca dos instrumentos que os professores têm utilizado para atingir o objetivo final, pois as intervenções escolhidas e aplicadas decorrentes dos conflitos, apresentam consequências significativas na construção de valores, regras e noção de moral das crianças.

Pensando nisso, a mediação de conflitos apresenta-se como uma possível maneira de contemplar todas essas demandas até aqui apresentadas. Os desdobramentos dessa abordagem serão destrinchados no capítulo seguinte. [A pauta deste capítulo parece me indicar um elemento para as considerações finais tanto pedagógica como de consequência social, macro social você concorda? Por que? caberia destacar que a banalização das práticas pedagógicas com um “deixar rolar” não é resultante de um pensamento da epistemologia interativa como uma teoria crítica das interações humanas. Parece que somos todos responsáveis e então a razão das práticas socialmente responsáveis não exclui a compreensão dos limites eu/outro e que a teoria estruturalista piagetiana não é sugestiva de subjetivismos relativistas \(moralmente\) então egoístas. Há uma inteligência que resulta numa prática educativa socialmente responsável. Que v. pensa?](#)

[\(PROFESSORA, preciso confessar que não entendi muito bem esse comentário e fiquei com dúvida de como e aonde eu estruturaria e poderia acrescentar esse ponto. Me desculpe. A senhora poderia me ajudar a esclarecer novamente?\)](#) **POR CERTO!**
16/10

2. Mediação de Conflito

2.1 Origem e definição

Para entender a definição de mediação de conflito que temos definido atualmente e todos os seus desdobramentos, é essencial dar visibilidade a alguns processos construídos ao longo da história, acerca do ato de mediar, que sustentam essa concepção atual. O termo “Mediação” deriva do verbo mediar, que vem de *mediare*, em latim, que significa estar no meio ou dividir ao meio. Com a velocidade dos acontecimentos aumentando exponencialmente e com o objetivo de facilitar e agilizar o processo de resolução de conflitos, foi-se pensando uma forma alternativa de fazer justiça - sem depender completamente dos tribunais, que já não eram mais tão capazes de oferecer respostas adequadas em tempo útil - e que envolvesse uma participação maior das duas partes conflitantes. Surgem então, dois modelos que marcam o início deste campo de pesquisa: o ADR (Alternative Dispute Resolution) na década de 70, nos Estados Unidos e o RAC ou RAL (Resolução Alternativa de Conflitos ou Litígios) na década de 90, em Portugal. Porém, é importante destacar que a função desses modelos alternativos de mediação não era substituir os tribunais, mas apresentar novos modelos e estratégias de gestão de conflitos, contribuindo para a diminuição dos níveis de tensão das comunidades e estimulando a prevenção de grandes proporções que os conflitos podem tomar.

A década de 70, assim como destaca Alzate (1999 apud, MORGADO, C; OLIVEIRA, I, 2009, p.45), nos Estados Unidos, também foi marcada pelas contribuições da administração do presidente Jimmy Carter, que impulsionou a criação de centros de mediação comunitária. Esses centros tinham como propósito

reunir os cidadãos para que, juntos, pudessem refletir e chegar em acordos para os problemas que os levavam até lá. No início da década de 80, a mediação começou a tomar proporções maiores, sendo assim utilizada também no contexto de crianças e jovens, o que a fez também ser enxergada como uma possível abordagem escolar. Como exemplo disso, no ano de 1982, os chamados “Community Boards”, de San Francisco, começaram uma colaboração entre os centros de mediação comunitária e os sistemas escolares, dando início ao surgimento do programa “Recursos de resolução de conflitos para a escola e jovens”.

Após ganhar forças com esses programas, a mediação escolar passa a ser, de fato, uma abordagem reconhecida, a começar pelos Estados Unidos, novamente, que em 1984 faz surgir a Associação Nacional de Mediação de Conflito (NAME), fundindo-se, posteriormente, com o Instituto Nacional de Resolução de Litígios (NIDRF). Esse trabalho de união entre a Associação e o Instituto, ao final, faz nascer a Rede de Solução de Conflitos na Educação (CRENET).

Com isso, é possível reconhecer o papel fundamental que os EUA tiveram no processo de “pavimentação” desse caminho que atualmente podemos nomear como mediação de conflito escolar. Esses programas e suas consequentes práticas de mediação se espalharam por todo o mundo e atualmente podem ser encontrados, de forma bem consolidada em países como: Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Espanha, Canadá, França, Suíça, entre outros. (MORGADO, C. 2009, p.46)

Porém, para além de compreender o panorama histórico do surgimento desse modelo, é de extrema importância pontuar o que é a mediação de conflito. Em termos de conceitualização, TOMÁS, Catarina (2010) traz de forma coesa que a mediação é:

[...] um processo cooperativo de gestão de conflitos, estruturado, voluntário e confidencial, onde a figura do mediador (aluno, professor e/ou outro adulto pertencente à comunidade educativa), através de técnicas específicas de escuta, comunicação e negociação, promove o diálogo e o reencontro interpessoal para a resolução de conflitos dentro da escola [...] (TOMÁS, C. 2010, p.10)

2.2 Modelos de mediação:

Uma vez revelada a complexidade no que diz respeito aos elementos, profundidade e particularidades dos conflitos, é necessário pensar em estratégias e formas de administrá-los. Ter isso em mente significa compreender que não existe a estratégia correta para geri-los ou a mais eficaz, e sim a abordagem mais adequada para cada tipo de conflito. A chave é se apegar ao fato de que as abordagens são adaptáveis ao perfil e configuração de cada conflito em específico, tendo como foco o seu objetivo específico.

Vieira & Amado (2010), pontuam diferentes formas de gestão de conflitos, como: “a aplicação de sanções, a arbitragem, a conciliação, negociação e a mediação.” O enfoque dado especificamente à mediação, neste trabalho, não pode deixar de fora os diferentes modelos existentes nesse contexto. Partindo de métodos criados nos Estados Unidos, para abordar situações de conflitos, Souza, Julia (2021) traz 3 abordagens mais conhecidas para capacitação em mediação no Brasil. São elas: o modelo linear de Harvard, o modelo circular narrativo e o modelo transformativo. Cada um desses modelos possui suas características singulares que terão, neste presente trabalho, sua eficácia avaliada, baseada no propósito da mediação aqui aprofundado: o desenvolvimento da moral nas crianças.

2.3 Modelo linear de Harvard:

O modelo linear de Harvard estende-se para diversas áreas como o direito, psicologia, artes, educação, entre outras. Esta abordagem é conhecida como uma abordagem mais tradicional e suas origens remontam ao Projeto de Negociação de Harvard (Program on Negotiation - PON), um centro de pesquisa interdisciplinar sobre negociação estabelecido em 1979 na Universidade norte-americana de Harvard, sob a liderança de Roger Fisher.

Para o modelo de Harvard, o conflito tem como única causa o desacordo sem considerar que podem existir múltiplas causas que o originam. Nesse contexto, quando as partes chegam à mediação, sua situação é caótica dada às

diferenças existentes entre elas. A função do mediador, portanto, é restabelecer a ordem. (Marinés, 2005).

Essa técnica de negociação enxerga o conflito por uma ótica mais negativa, o considera um obstáculo, tendo como foco a eliminação da causa do conflito, ou seja, o foco está em ações mais objetivas e pontuais, evitando dar ênfase e destaque ao contexto no qual o conflito se desdobrou, e sim visando alternativas claras e eficazes para que tudo seja resolvido de uma forma agradável para ambas as partes. Com o intuito de satisfazer as necessidades de todos, essa abordagem atua com base em um modelo de negociação cooperativa, no qual o objetivo final é conseguir o acordo. Prezando por uma comunicação linear, esse modelo traz consigo quatro diretrizes dentro do contexto de negociação: 1) separar as pessoas dos problemas; 2) concentrar-se nos interesses e não nas posições; 3) inventar opções de ganhos mútuos e 4) insistir em critérios objetivos de negociação.

Em uma situação conflituosa, as pessoas envolvidas tendem a projetar frustrações, descontentamentos, incômodos e chateações umas nas outras. Por estarem dominados por diversos sentimentos, os indivíduos podem apresentar dificuldades para racionalizar o problema e resolvê-lo da forma mais objetiva possível. Por isso, separar as pessoas dos problemas é a primeira etapa do modelo Harvard de mediação. Dentro desse processo, é fundamental que o mediador faça as pessoas compreenderem que todos os indivíduos possuem diferentes perspectivas sobre diferentes situações da vida, pois a perspectiva de cada um é construída com base nas suas particulares experiências. Feito isso, os envolvidos no conflito passam a racionalizar o problema com maior facilidade, uma vez que compreenderam que os conflitos não são exatamente sobre as pessoas, e sim sobre as vivências que as constituem e que refletem em suas opiniões e posições.

Diante de um contexto de desgaste interpessoal, naturalmente gerado pelo conflito em pauta, é fundamental adotar estratégias que tenham como objetivo uma primeira reconexão entre os pares. Dado isso, a adoção de uma escuta ativa e de uma comunicação não violenta se apresentam como ferramentas fundamentais, tanto para o mediador quanto para as pessoas envolvidas no conflito. Marshall B. Rosenberg (2006) é um dos mais reconhecidos autores sobre o tema e contribui para o tema ao colocar que:

A CNV nos ajuda a reformular a maneira pela qual nos expressamos e ouvimos os outros. Nossas palavras, em vez de serem reações repetitivas e automáticas, tornam-se respostas conscientes, firmemente baseadas na consciência do que estamos percebendo, sentindo e desejando. Somos levados a nos expressar com honestidade e clareza, ao mesmo tempo que damos aos outros uma atenção respeitosa e empática. Em toda troca, acabamos escutando nossas necessidades mais profundas e as dos outros. A CNV nos ensina a observarmos cuidadosamente (e sermos capazes de identificar) os comportamentos e as condições que estão nos afetando. Aprendemos a identificar e a articular claramente o que de fato desejamos em determinada situação. A forma é simples, mas profundamente transformadora. (ROSENBERG, 2006, p. 24)

A segunda diretriz é concentrar-se nos interesses e não nas posições, como uma forma de explorar alternativas de negociação que apresentem a satisfação de ambos os interesses. De acordo com os próprios autores da técnica, “Sua posição é algo que você decidiu. Seus interesses são aquilo que fez com que você se decidisse dessa forma.” (FISHER, URY, PATTON, 2005, p. 59). É necessário descobrir os interesses encobertos pelas posições, antes de eleger a melhor solução, para que a comunicação seja de fato linear, sem interferências geradas por informações ocultas.

A terceira diretriz diz respeito às opções de ganhos mútuos. Durante os processos de mediação, é natural surgir o pensamento de que alguma das posições representadas sairá ganhando ou com a razão. Neste sentido, esse modelo coloca a importância do mediador pensar num acordo que satisfaça ambas as partes e ainda reforça que é sim possível. O exemplo da situação da laranja é um exemplo comum entre esse meio e que ilustra perfeitamente as características dessa diretriz. Em uma situação hipotética, duas pessoas estariam disputando a mesma laranja. Após muita

discussão, apresenta-se um terceiro, que estabelece a divisão da laranja ao meio, teoricamente agradando ambas as partes, pois ficariam com partes iguais, ou seja, as duas sairiam ganhando. Porém, existe algo que esse terceiro não sabia: uma delas queria obter as cascas da laranja para fazer um doce e a outra apenas seus gomos, para fazer um suco. Em resumo, diante desse novo cenário, a alternativa mais adequada, considerando seus interesses particulares, não seria a divisão da laranja ao meio, mas sim a entrega de toda a casca para uma e dos gomos para a outra.

Em conclusão, a última diretriz é insistir em critérios objetivos de negociação. Nesse caso, o mediador tem um papel fundamental de facilitador de diálogo, para que as partes possam compreender, com objetividade, as necessidades de cada um. Deve-se estabelecer um acordo justo e eficaz, em que ambas as partes concordem, diminuindo assim as desigualdades inicialmente apresentadas.

2.4 Modelo circular narrativo

Inicialmente desenvolvido pela professora americana Sara Cobb, doutora em Comunicação pela Universidade de Massachussets, nos Estados Unidos, a construção do modelo circular narrativo propõe, como aponta Marinés Suares (1996 apud BRIGIDA; ARAÚJO; JACOB, 2019, p. 212) - psicóloga e mediadora argentina - uma incorporação das teorias inicialmente trazidas pelo método tradicional de Harvard, uma junção com outras fundamentações teóricas (teoria geral de sistemas, cibernética de primeira e segunda ordens, terapia familiar sistêmica, teoria do observador, teorias da comunicação e da narrativa, dentre outras). Para começar a traçar as características desse modelo, (ERICKSEN, 2012, p.3) nos traz uma perspectiva muito interessante acerca do que é, em resumo, prioridade a nível de desenvolvimento nesse método, “a arte da conversa entre os seres humanos”.

Diferenciando-se da abordagem anterior, o objetivo já não está mais no acordo em si ao final do processo de mediação. O foco principal agora é o processo de diálogo entre as partes, priorizando a melhoria da comunicação verbal e a construção de novas perspectivas, considerando que esse processo pode ou não resultar num ajuste. Ou seja, o acordo passa a ser uma possível consequência de todo o processo

narrativo. Marinés Suares (1996, apud ERICKSEN, 2012, p. 4), ao abordar o tema, desenvolveu uma técnica que contempla 4 tipos de procedimento dentro da abordagem narrativa. São eles: micro técnicas, mini técnicas, a técnica central e as macros técnicas.

As micro técnicas desempenham um papel fundamental no início da narrativa: elas dizem respeito às ações do mediador para promover uma comunicação circular e dinâmica entre as partes. Essas técnicas se dividem em duas metodologias: o modo interrogativo e o modo afirmativo, conforme definido por Ericksen (2012). No modo interrogativo, o mediador concentra-se na formulação de perguntas informativas para esclarecer pontos de vista e nas perguntas desestabilizantes, que buscam desconstruir preconceitos arraigados. Essas perguntas têm como objetivo estimular a reflexão das partes sobre o conteúdo da disputa, encorajar a formulação de novas perguntas pelos envolvidos, manter um canal aberto de comunicação e evitar um desfecho precoce do processo. Além disso, esses questionamentos trazem de volta o protagonismo às partes e destacam a interdependência entre a causa do conflito e suas próprias demandas (Eriksen, 2012).

Já o modo afirmativo envolve quatro procedimentos mais objetivos. Em primeiro lugar, o mediador realiza uma reformulação, traduzindo o que o indivíduo expressou, fazendo uso de palavras mais acessíveis e reafirmando o que foi dito. Depois, aplica a técnica da conotação positiva, valorizando o discurso e destacando seus aspectos favoráveis, dando-lhe uma nova perspectiva. No terceiro momento, na etapa de legitimação, o mediador desconstrói posições rígidas, como vítima e agressor, para demonstrar a equidade entre as partes. Por fim, o mediador realiza a recontextualização do processo, ajustando a perspectiva apresentada sobre o conflito (Vasconcelos, 2008).

Por fim, deve ser aplicada a macro técnica, que consiste basicamente em construir uma história alternativa, eliminando todos os paradigmas anteriormente enrustidos. A partir disso, o mediador analisará qual a história que permite mais saídas para a negociação.

2.5 Modelo transformativo

O modelo transformativo de mediação, desenvolvido por Robert A. Baruch Bush e Joseph P. Folger, é uma abordagem que se concentra na transformação das relações e da comunicação entre as partes envolvidas em um conflito, tendo como objetivo a mudança de comportamento, que, quando alcançada, os incentiva a descobrir novas habilidades, responsabilidades e reconhecer o outro como integrante da situação conflituosa. Ou seja, ela gera o restabelecimento dos vínculos afetivos. Neste modelo, existem alguns pressupostos básicos para alcançar a pacificação. São eles:

- 1) Capacitação em empatia dos mediandos: neste sentido, o mediador precisa levar os pares à reflexão sobre a importância de levar em consideração a perspectiva do outro.
- 2) Empoderamento: nesse ponto, é papel do mediador não tomar um papel ativo na busca de soluções, mas sim ajudar as partes a recuperarem o controle sobre o processo e as decisões relacionadas ao conflito. Além disso, deve apresentar as auto responsabilidades de cada um pelos seus próprios dilemas, levando-os a entender que são protagonistas de seus conflitos e que são capazes de lidar com os eventuais empasses estabelecidos.
- 3) Reconhecimento: Tendo sido empoderado, com a convicção de que ele é capaz, essa confiança dissipa o pensamento mais autocêntrico e faz com que o mediando consiga, de maneira mais clara, tomar consciência do problema, construindo empatia e procurando entender os interesses e necessidades da outra pessoa.

Além disso, essa abordagem pode ser considerada grandiosa no meio escolar, principalmente por pregar que a mediação deve ultrapassar o limite da simples resolução do conflito ou disputa apresentada. Martins & Viana (2013) sustentam essa afirmação ao pontuarem que “Na sua vertente transformativa, a mediação tem muitas potencialidades nos contextos educativos, facilitando o processo de comunicação, tanto no relacionamento interpessoal como no relacionamento das pessoas com as instituições”. (p.208). Os que possuem identificação com essa corrente desejam se distanciar da tradição da mera “solução de problemas” na mediação, buscando mudar o paradigma da visão de mundo individual para a relacional. Para esse modelo, os conflitos não devem ser vistos como obstáculos, muito menos como problemas, e sim como oportunidades de transformação pessoal e crescimento moral.

3. Transformando os conflitos em oportunidades de desenvolvimento da moral.

Assim como apresentado no subcapítulo 1.3, Piaget (1994) define a moral como um sistema de normas da vida coletiva que nos permite discernir o que é certo do que é errado. Porém, esse discernimento não é estabelecido nas crianças de uma hora para outra, é necessário tempo e processos bem estabelecidos. Para que isso, é preciso oferecer às crianças oportunidades de reflexão acerca de seus atos, comportamentos e atitudes, permitindo-os consolidar valores e regras referentes a vida social de uma forma contextualizada e significativa. Tendo isso em vista, a mediação se apresenta como uma rica oportunidade, pois é a partir dos desdobramentos dos problemas e das disputas que haverá espaço para reflexão. Dentro desse contexto, a criança protagonizará a reflexão acerca de seus conflitos, desenvolvendo, como consequência, noções importantes de moral, tendo o mediador como suporte durante todo esse processo, reforçando mais uma vez o protagonismo das crianças no processo.

Após o aprofundamento acerca dos três principais modelos de mediação, é possível notar que cada um deles possui sua particularidade. Em resumo, quando colocamos essas três técnicas lado a lado, a nível de comparação, o foco de cada uma fica evidente. No modelo linear de Harvard, a prioridade está voltada para a necessidade de estabelecer um acordo final, no modelo circular o foco é voltado para o desenvolvimento das diferentes narrativas acerca do conflito em si e no modelo transformativo o foco está na transformação das pessoas envolvidas e, conseqüentemente, o relacionamento interpessoal por elas estabelecido.

A partir dessas especificidades, abre-se um leque de possibilidades para pensar acerca das conseqüências de cada método de mediação, no que diz respeito ao desenvolvimento da moral nas crianças. Para chegar a uma conclusão acerca de cada

método enquanto real ferramenta para o desenvolvimento da moral nas crianças, é imprescindível analisar se ele favorece a aprendizagem de valores e regras e construção da autonomia e da ética, ou se, quando aplicado, contribui para a manutenção do estágio de heteronomia moral na criança. De acordo com *Branco e cols. (2012, apud CAMPOS, 2019, p.24)* o desenvolvimento moral das crianças no contexto educativo tende a ser considerado a partir de processos de transmissão unilateral de valores e da aprendizagem passiva de normas e regras estabelecidas assimetricamente pelos adultos. Essa tendência é real, porém falaciosa, uma vez que para a criança atingir um novo nível ético e moral, precisa compreender os valores e regras, o que não fará através da mera transmissão e sim a partir da autonomia moral, que demanda reflexões internas por parte do indivíduo.

Apesar do método de Harvard apresentar dinâmicas que trazem a valorização da perspectiva alheia, ele toma o conflito, já de início, como um obstáculo, como algo negativo dentro dos relacionamentos. Por isso, a sua resolução acaba sendo mais objetiva, pois o foco é eliminar de uma vez o conflito - sem mesmo compreender o contexto no qual ele se desdobrou - e estabelecer, através da participação intensa do mediador, um acordo final.

Assim como colocado anteriormente, no subcapítulo 1.2, Telma Vinha (2009) diz que os conflitos não devem ser vistos como algo negativo, e sim como oportunidades nas quais as crianças trabalharão questões importantíssimas referentes ao convívio social. Ainda como complemento, pontua que o foco não deve estar na resolução do problema em si, e sim no processo, na forma como os problemas são enfrentados. Ao tomar o conflito como oportunidade, cabe apresentar algumas vantagens deste, apresentadas por Chrispino (2007):

Ajuda a regular as relações sociais; ensina a ver o mundo pela perspectiva do outro; permite o reconhecimento das diferenças, que não são ameaça, mas resultado natural de uma situação em que há recursos escassos; ajuda a definir a identidade das partes que defendem suas posições; permite perceber que o outro possui uma percepção diferente; racionaliza as estratégias de competência e de

cooperação; ensina que a controvérsia é uma oportunidade de crescimento e de amadurecimento social (p. 17).

Isso diz muito sobre como o professor enxerga o contexto de conflitos e como vai encaminhá-lo, pensando no propósito final de tudo aquilo. Portanto, a abordagem Harvard não se apresenta como uma abordagem adequada no que diz respeito ao propósito de desenvolver a moral nas crianças como consequência, uma vez que aborda os conflitos como negativos, não valorizando seu contexto de surgimento, se atendo a necessidade de um acordo final, com muita objetividade e pouca reflexão acerca dos desdobramentos do conflito.

Em relação ao modelo circular narrativo, temos alguns avanços em termos de rigidez de método. Diferente do método linear de Harvard, o foco não é a resolução do conflito propriamente dito e isso fica muito claro quando o modelo é descrito como uma abordagem que pode ou não gerar ajustes ao final. A razão disso é o fato dessa abordagem valorizar e explorar o diálogo entre as partes conflitantes, pois o foco está nas narrativas que serão construídas pautadas no problema inicial. A partir destas, o mediador fará algumas intervenções para “provocar” ambas as partes e fazê-las reformularem a narrativa inicial, construindo um viés alternativo com o objetivo de expandir as perspectivas dos indivíduos ali presentes.

Já o modelo transformativo de mediação, tem como objeto **central a relação interpessoal** dos pares em conflito, não se limitando somente à obtenção de um acordo. De acordo com esse modelo, o mediador não deve atuar como um facilitador do processo, mas deve ir além e estimular as partes a participarem de forma ativa do processo, conversando com o outro e não contra o outro, a fim de restabelecerem a conexão que, devido ao problema, foi interrompida, produzindo assim, transformações comportamentais. De acordo com Demo (2009), "o papel do professor não é instruir, mas orientar... apoiar o aluno do modo mais envolvente possível" (p. 20). Essa afirmação vai ao encontro com o conceito do modelo transformativo, pois centra o processo 100% no aluno, o empoderando e fazendo-o ser ativo enquanto indivíduo capaz de lidar com seus próprios problemas.

4. Considerações Finais:

Este presente trabalho procurou, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, analisar as contribuições dos três mais clássicos modelos de mediação de conflito, no meio escolar, para o desenvolvimento das noções de moral nas crianças. De forma mais detalhada estudou a definição de conflito, seus desdobramentos e oportunidades dentro do contexto de desenvolvimento da moral, trazendo suas vantagens, pontos positivos e o ressaltando como rica oportunidade de aprendizado para os alunos. Além disso, trouxe fundamentos teóricos acerca das definições de moral, dos desdobramentos acerca do tema e dos marcos referentes ao processo de maturação cognitiva das crianças, juntamente com a importância dos aspectos sociais para o contexto. Também apresentou características de cada abordagem de mediação, destacando a função do mediador e elucidando o papel ativo dos sujeitos no processo.

Compreende-se que os conflitos são inerentes ao ato de relacionar-se: não existe relacionamento sem conflito. Portanto, o ponto principal deve ser como encaminhá-lo para que este possa, ser para a criança, uma oportunidade de crescimento ético, social e moral.

Tendo isso em vista, a mediação mostrou-se uma abordagem que contempla múltiplos aspectos capazes de encaminhar as crianças para diferentes caminhos ou tipos de reflexões. Dentro do campo da mediação, após explorar Modelo Linear de Harvard, o Modelo Circular Narrativo e o Transformativo, foi possível identificar que o modelo de mediação de Harvard é o que mais se distancia do propósito principal, pois trata os conflitos como obstáculos, se atem muito à necessidade do estabelecimento de um acordo final e da eliminação completa do problema, sem dar

ênfase no processo como um todo, descartando a possibilidade de aprender com o conflito inicial.

Dado que a moral é a compreensão e internalização das normas da vida coletiva e isso só ocorre a partir de múltiplas vivências e diferentes tipos de interação social, sejam elas conturbadas ou não, para estimular o desenvolvimento das noções de moral nas crianças, durante o processo de mediação, é necessário investir tempo e valorizar a dinâmica como um todo, proporcionando a criança momentos de reflexão, com base nos problemas, sobre valores, regras e a ética em si, o que gerará uma transformação, mudança de atitude e por consequência, mudança a nível social, ético e moral. De forma alguma, esse processo deve ser conduzido de forma intuitiva, pois a banalização das práticas pedagógicas não é resultante de um pensamento da epistemologia interativa como uma teoria crítica das interações humanas.

Portanto, considerando todo o estudo realizado, identifica-se a potencialidade educacional da abordagem transformativa para o desenvolvimento das noções de moral nas crianças, uma vez que ela trabalha a transformação do indivíduo, reflexões profundas e mudanças de comportamento.

Rafa

Sugestão retome seu argumento: O disparador para o estudo dessa estratégia de mediação foi o projeto “Educação para a paz”, que surgiu na cidade do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2011, cujo propósito é desenvolver habilidades comunicacionais em crianças, jovens e adultos. A filosofia do projeto tem como premissa básica os conflitos como processos normais e naturais do ser humano e o conceito de que os alunos são capazes de resolver suas diferenças entre si, de forma autônoma. Neste projeto, os alunos passam por um treinamento em mediação, para atuarem como pacificadores em conflitos entre os colegas e serem, assim, mediadores capacitados a lidarem com diversas questões.

Tendo tudo isso em vista, outra necessidade fundamental nesse trabalho é pontuar, **o que** os conflitos representam, tanto para nós educadores, quanto para as crianças. Perigos? Caos? Oportunidades? Com suportes teóricos de referenciais como Piaget, Telma Vinha e Ives de la Taille, essa questão será elucidada, **junto com o**

destrinchar do papel das estratégias de mediação, no que diz respeito ao desenvolvimento das noções de moral das crianças.

Foi só o conhecimento do projeto que lhe motivou a buscar conhecer mais?

Vamos valorizar o fato das motivações para conhecer melhor o que você vivenciou na sua prática docente com crianças pequenas?

Nosso leitor tem isso em mente?

Não é uma curiosidade legítima que a provocou conhecer melhor sobre?

Vamos concluindo o trabalho. Posso conversar com v. sobre o que não fui clara o suficiente.

Um carinhoso e fraternal abraço,

M. Anita 16/ 10 / 23

18/10 (PROFESSORA, ADICIONEI ESSAS INFORMAÇÕES LÁ NA INTRODUÇÃO. ERA LA MESMO QUE A SENHORA ME SUGERIU?)

E AJUSTEI AS CONSIDERAÇÕES FINAIS TB. O QUE ACRESCENTEI ESTÁ EM AZUL. AINDA ACHO QUE NÃO ESTÁ 100% IDEAL MAS FOI O QUE CONSEGUI.

A SENHORA ME SUGERE MAIS ALGUMA MUDANÇA ?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARCHANGELO, Rosemeire Marques Ribeiro. **Sanção expiatória versus sanção por reciprocidade: estudo exploratório em dez classes de educação infantil.** -. 2010. 156 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS-**NBR-6023.2018.** Informação e Documentação – Referências e Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018 (Atualizada) Disponível em:

<<https://www.faculdadeam.edu.br/Content/upload/biblioteca/ABNT-NBR-6023-2018-Referencias-Elabo-20181117182615.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2023. (OK)

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/conciliacao-e-mediacao/#:~:text=A%20Media%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20forma,melhor%20solu%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20conflito>. Acesso em: 2 de Junho de 2023.

CORTELLA, Mario; TAILLE, Yves. **Nos Labirintos da Moral**. Campinas: Papirus 7 mares, 2017.

Demo, P. (2009). Professor do futuro e reconstrução do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes.

ERICKSEN, Lauro. Modelos de mediação baseados na relação social jurídica dos conflitos: As propostas da mediação circular-narrativa e da mediação transformativa. *Direitos Culturais, Santo Ângelo*, v. 7, n. 12, p. 281-302, jan./jun. 2012.

FALECK, Diego. TARTUCE, Fernanda. Introdução histórica e modelos de mediação. Disponível em: www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora. Acesso em 1 de Outubro de 2023

GÓIS, Antônio. (2001) Escola estadual cria código de infração para alunos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, SP, 11 abr. Caderno C, p.6

JÚNIOR, Ronan. Mediação Escolar: uma solução para os conflitos? **AMAE Educando**, local de publicação, v.22, n.385, p. 3-12, 2012.

MARTINS, Ana; REIS, Daniela; ARAÚJO, Juliana; FIGUEIREDO, Marinela; SILVA, Ana; VIEIRA, Isabel. Formação, mediação e supervisão: desafios, desigualdades, emergências e respostas em tempo de covid-19. **Mediação Transformativa em Contextos Educativos**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/234553162-Formacao-mediacao-e-supervisao.html>. Acesso em: 10 de Outubro de 2023.

MARION, M. **Ajudando as crianças a controlar a raiva**. In: ANAIS do XIX Encontro Nacional de Professores do PROEPRE: Construtivismo e Formação de Professores, 2002. Campinas, SP: Laboratórios de Psicologia Genética, Faculdade de Educação, Unicamp, p.168. Disponível em: http://www.uel.br/cefe/demh/portal/pages/arquivos/TCC/2011/Marco_D_Elaqua_LEF_100_2011.PDF. Acesso em 3 de agosto de 2023.

MORGADO, C. & OLIVEIRA, I. **Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade**. *Exedra: Revista Científica, Coimbra*, nº. 1, pp. 43-56, jun, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3398314>. Acesso em: 17 de Julho de 2023.

Pileggi Vinha, Telma , Paulino Tognetta Luciene Regina . **Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores.** Revista Diálogo Educacional. 2009, 9(28), p. 525-540. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2009000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 de Setembro de 2023.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** Tradução Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SÃO PAULO. SME/Instituto Vladimir Herzog. **“Pra Começo de Conversa”** in: Caderno: "Mediação de conflitos -Educação em direitos humanos" Projeto Educação em direitos humanos. 2ªed. São Paulo. p. 18-22. 2020. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/cadernos-respeitar/mediacao-de-conflitos/>. Acesso em: 5 de Abril de 2023.

SÃO PAULO. SME/Instituto Vladimir Herzog. **“Mediação de Conflitos”** in: Caderno: "Mediação de conflitos -Educação em direitos humanos" Projeto Educação em direitos humanos. 2ªed. São Paulo. p. 45-58. 2020. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/cadernos-respeitar/mediacao-de-conflitos/>. Acesso em: 7 de abril de 2023.

SOUZA, Julia. Escolas de Mediação: Diferentes abordagens direcionadas à pacificação social. **Isagoge**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 44-66, jul. 2021. Disponível em: <https://www.telosjournals.com.br/ojs/index.php/isa/article/download/36/31/153>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

Suárez, Marínés, Mediación. **Conducción de disputas, comunicación y técnicas**, Paidós, Buenos Aires, 2005.

TOMÁS, Catarina Alexandra Ribeiro. Mediação Escolar: para uma gestão positiva dos conflitos. Coimbra, 2010. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13528/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20IAC.pdf>. Acesso em: 30 de Setembro de 2023.

Torremorell, M. C. (2008). **Cultura de Mediação e Mudança Social.** Porto: Porto Editora.

VINHA, T. P. **Os conflitos interpessoais na relação educativa.** Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/281307>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

VINHA, T; SILVIA, L; MARQUES, C; OLIVEIRA, M. **O desenvolvimento das estratégias de negociação nos conflitos entre as crianças e jovens.** Disponível em:

<http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/atlas/Texto%20%20Telma%20Vinha.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

VINHA, Telma. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. **Revista do Cogei**, Piracicaba, SP, Terra ano 8, nº14, p. 15-38, jul, 1999. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/506>. Acesso em: 3 de Outubro de 2023.

Vieira, Cristina & Amado, João (2010). **Notas sobre a mediação de conflitos em contexto escolar**. Universidade de Coimbra. 1- 27.

Pileggi Vinha, Telma , Paulino Tognetta Luciene Regina . Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**. 2009, 9(28), p. 525-540. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2009000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 de Setembro de 2023.

MARTINS, Ana; REIS, Daniela; ARAÚJO, Juliana; FIGUEIREDO, Marinela; SILVA, Ana; VIEIRA, Isabel. Formação, mediação e supervisão: desafios, desigualdades, emergências e respostas em tempo de covid-19. **Mediação Transformativa em Contextos Educativos**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/234553162-Formacao-mediacao-e-supervisao.html>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas: Modelos, Processos, Ética e Aplicações**. São Paulo: Método, 2008.